

Avener Prado/Folhapress



Floresta à margem do rio Jamanxim, no Pará; parte da mata pode ser alvo de novo projeto de lei e perder nível de proteção

Temer veta corte de floresta, mas vai propor nova redução

MP previa perda de 486 mil hectares; em novo projeto de lei, será de 300 mil

Defensores de redução de nível de proteção da Floresta do Jamanxim, no Pará, dizem que ela regularizaria ocupação

GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA
FABIANO MAISONNAVE
ENVIADO ESPECIAL A OSLO
PHILLIPPE WATANABE
DE SÃO PAULO

O presidente Michel Temer vetou integralmente nesta segunda-feira (19) medida provisória que reduzia o nível de proteção de parte da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará.

O texto modificado na Câmara e aprovado na Casa e no Senado previa a transformação de 486 mil hectares da floresta em APA (Área de Proteção Ambiental), a categoria mais baixa de proteção, que permite propriedade privada e atividades rurais. A medida visava legalizar dezenas de grileiros e posseiros.

Contudo, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, anunciou que o presidente enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei com o teor da proposta original —ou seja, de redução de nível de proteção de 300 mil hectares da floresta, o equivalente a quase duas cidades de São Paulo. Segundo ele, a iniciativa terá “urgência constitucional”.

O veto à MP foi anunciado por Sarney Filho. Em vídeo dirigido aos “amigos e amigos” do entorno da Flona do

Jamanxim, ele afirmou que a MP não tinha base jurídica sólida, o que poderia provocar uma disputa judicial.

“Ficaria como ainda existia, em Brasil, determinadas regiões que estão sub judice e que não se pode avançar em nada. Seria o pior dos mundos”, afirmou, ao lado do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), um dos principais defensores da criação da APA.

Sarney disse ainda que um dos problemas da MP é a falta de um parecer técnico do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), responsável pela gestão da Flona.

O ministro, porém, antecipou que esse parecer será favorável à criação da APA. “O ICMBio vai dar um parecer técnico acatando as decisões no sentido de transformar determinadas áreas da Flona em APA”, disse.

A mudança na Floresta Nacional do Jamanxim foi criticada por ambientalistas e contraria relatório de 2009 do próprio ICMBio, segundo o qual apenas uma área de 35 mil hectares deveria ser excluída da floresta.

Em virtude da pressão, Temer fez questão de anunciar o veto integral primeiro pelas redes sociais à modelo Gisele Bündchen e à WWF, entidade que defende a conservação do meio ambiente. Na semana passada, a brasileira tinha pedido ao peemedebista que vetasse a iniciativa.

No entanto, uma nota de várias entidades ambientais, incluindo a WWF Brasil, afir-

ma que o veto não garante a proteção à floresta.

“O veto apenas serve para transferir do presidente para o Congresso, hoje dominado por parlamentares sem compromisso com a conservação ambiental, a responsabilidade de desproteger essa parcela significativa da floresta amazônica (...) A manobra do governo traz de volta a ameaça inicial”, diz o texto, assinado também pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), entre outros.

A Floresta do Jamanxim é a unidade de conservação onde a taxa de desmatamento mais cresce no país. A área de influência da rodovia BR-163 concentra 70% dos novos desmates da Amazônia Legal.

Nesta segunda (19), Temer ainda vetou parcialmente a MP 758, que altera outra área de proteção ambiental no Pará para a construção de estrada de ferro próxima à BR-163.

Ele vetou mudança feita pela Câmara dos Deputados que fazia o Parque Nacional do Jamanxim perder mais de 100 mil hectares para a formação de uma nova APA, que não estava na proposta original.

Como justificativa, o presidente afirmou que a modificação “altera substancialmente o regime de proteção” e tem potencial para “comprometer e fragilizar a preservação ambiental em uma região sensível da Amazônia brasileira”.

No texto aprovado, o parque Jamanxim perde 862 hectares por causa da construção

da ferrovia Ferrogrão.

OCUPAÇÃO

A proposta que previa a criação da área de proteção da APA (Área de Proteção Ambiental) Rio Branco abre caminho para a mineração e o desmatamento, como mostrou reportagem da **Folha**.

O argumento principal dos defensores da APA é que, ao permitir a ocupação humana e atividades como garimpo e pecuária, ela vai regularizar posseiros que já estão no local desde antes da criação do parque, em 2006.

No entanto, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), responsável pela administração do parque, afirma que a área da APA está praticamente intacta e que não há posseiros vivendo nela.

O mesmo argumento de regularizar a ocupação humana é utilizado pelos que defendem transformar parte da floresta do Jamanxim em APA. Reportagem da **Folha**, porém, mostrou que a MP beneficiaria latifundiários, um possível laranja e o prefeito de Novo Progresso, Ubiraci Soares da Silva (PSC), o Macarrão.

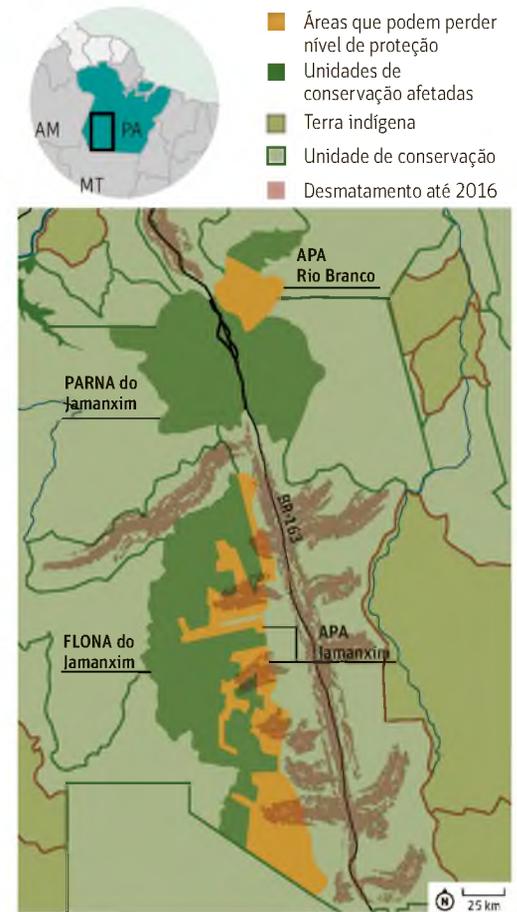
No último dia 8, agentes do Ibama flagraram um desmatamento em seu lote de quase mil hectares.

A sua quarta multa ambiental deveria ser entregue ainda nesta semana —ele já deve R\$ 1,9 milhão por causa das autuações anteriores.

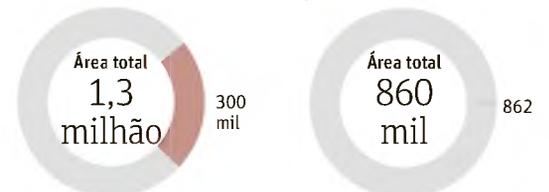
O jornalista FABIANO MAISONNAVE viajou a Oslo a convite do Ministério do Clima e Meio Ambiente da Noruega.

MENOS PROTEÇÃO

Unidades de conservação na Amazônia, em especial no sudoeste do Pará, podem sofrer alterações



PERDAS DE ÁREA DE CONSERVAÇÃO, EM HECTARES



Floresta Nacional do Jamanxim

> O texto original da medida provisória 756 previa tirar 300 mil hectares

> Na Câmara, a redução aumentou para 486 mil hectares (37% do total). A área pode virar APA (Área de Proteção Ambiental), que permite pecuária e mineração

> Nesta segunda, Temer vetou integralmente a MP, mas vai propor um **projeto de lei com o corte original de 300 mil hectares**

Parque Nacional do Jamanxim

> A MP 758 originalmente retirava 862 hectares para a construção de uma ferrovia

> Na Câmara, o texto aprovado retirava 101 mil hectares para a criação da APA Rio Branco

> Nesta segunda, Temer **vetou a mudança** que aumentou em 100 mil hectares a transformação em APA de parte do Parque Nacional do Jamanxim

Juntas, as MPs 756 e 758 reduzem a proteção de 644 mil hectares no entorno do trecho paraense da BR-163, área que concentra 70% dos novos desmates da Amazônia Legal

Justificativas

Governo está alterando status da unidade de conservação para que as atividades possam ser desenvolvidas nas áreas já ocupadas há décadas

Críticas

Reportagem da **Folha** mostrou que a MP 756 beneficia o prefeito de Novo Progresso, latifundiários e possíveis laranjas e a MP 758 abre caminho para garimpo e desmatamento